

JUSTIFICATIVA

Construir uma agricultura sustentável que preserve o meio ambiente e produza alimentos saudáveis é desafio da sociedade atual, especialmente com o mundo buscando saídas viáveis e necessárias para produzir com baixo impacto ambiental!

O agronegócio brasileiro se consolidou como um dos principais produtores de commodities do mundo. Uma das bases para isso foi a implementação do pacote tecnológico da Revolução Verde a partir da década de 70 no Brasil, baseado nos agrotóxicos e nos adubos solúveis. Isso só foi possível graças a fortes políticas públicas de fomento, criando as condições para a consolidação dessa matriz de produção. Se por um lado esse modelo permitiu a produção de monoculturas em larga escala e a abertura de terras antes não cultivadas, por outro, esse mesmo modelo está apresentando os seus limites gerando uma forte degradação ambiental - principalmente quanto a vida do solo e do ambiente - e colocando os agricultores (particularmente os pequenos e médios) em uma profunda condição de dependência e uma gradativa redução da renda.

Os que mais lucram com isso, são os negócios fora da porteira. Contudo, nos últimos anos têm crescido, no agronegócio brasileiro e, nas próprias empresas produtoras de insumos, a busca de alternativas que possam dialogar com a vida real dos produtores com a necessidade dos mercados consumidores e, sobretudo, com a busca de uma alimentação mais saudável, reduzindo drasticamente os insumos químicos processados.

Iniciativas dos próprios agricultores, insatisfeitos com essa situação, foram criadas em torno do debate da agricultura biológica e regenerativa. Para exemplificar esse processo, além de várias experiências pontuais de construção de uma nova matriz de produção Brasil a fora, foi criado o GAAS (Grupo Associado de Agricultura Sustentável) que reúne mais de 700 agricultores em todo o Brasil em busca dessas alternativas. Em setembro do corrente ano o GAAS realizou em Brasília – DF o 4º Fórum Brasileiro de Agricultura Sustentável, tendo como tema “Os Desafios para a Transição em Larga Escala”. Isso demonstra que existe no Brasil, no bojo do próprio agronegócio, um movimento de contestação da atual matriz produtiva e de construção de um modo diferente de produzir, mais sustentável, que protege a biologia em um ambiente com maior diversidade, baseado em processos ambientais e não em insumos químicos e que devolve ao agricultor uma condição de maior autonomia e renda. O conjunto dessas pautas, dialogam com as bandeiras da produção de alimentos saudáveis, da diminuição do uso de agrotóxicos, da preservação do meio ambiente, da contribuição para a redução do efeito estufa com uma agricultura que sequestra carbono e, embora possa ser contraditório, dialoga com as bases da produção orgânica e da agroecologia. Considerando tudo isso, precisamos fazer um chamado aos agricultores gaúchos e brasileiros a realizarem uma transição para uma matriz produtiva sustentável, biológica e regenerativa para produção de alimentos saudáveis. Esse “discurso” atrai setores que já estão construindo esse movimento dentro do próprio agronegócio para o diálogo com o Governo Lula e pode construir as condições para os pequenos e médios agricultores em todo o Brasil se viabilizarem economicamente, sem agrotóxicos. Por fim, apresentar uma pauta com esse conteúdo, não só reforça um movimento dentro do agronegócio que tem contato no conteúdo com elementos de nossas pautas, mas também, reforça a produção orgânica e agroecológica, pois aponta para essa direção.

Nesse sentido, o “discurso” precisa, estar conectado com uma plataforma de fortes políticas públicas para direcionar a adoção de novas práticas regenerativas, sustentáveis e biológicas de forma ampla pela agricultura brasileira:

a) Criar um SELO da PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - através de um sistema de diagnóstico do grau de adoção de práticas sustentáveis de cada propriedade rural (metodologia da EMBRAPA),

b) Criar um conjunto de ações que incentivem os agricultores a adotarem tais práticas e que premie quem adota, ou seja, acesso a juros mais baixos, acesso a mercados especiais (como por exemplo o mercado dos alimentos LIVRE DE TRANSGÊNICOS), linhas de investimento facilitado, entre outros.

c) Reformular e potencializar o Programa de Bioinsumos com financiamento facilitado para pequenos e médios agricultores, estimular a instalação de biofábricas nas propriedades e os sistemas de multiplicação de micro-organismos em comunidade; Difundir o conhecimento sobre os métodos de multiplicação de microorganismos em comunidade para reverter rapidamente a degradação dos solos, como por exemplo, Micro- organismos Eficientes (EM); Soil Food Web (SFW), dentre outros;

d) Viabilizar o acesso facilitado e de baixo custo dos agricultores familiares às cepas de micro-organismos para multiplicação “on farm”;

d) Criar uma rede de laboratórios credenciados para o controle de qualidade dos bioinsumos produzidos de forma “on farm” de baixo custo para os agricultores familiares.

e) Aprofundar o debate sobre os projetos de Leis sobre Bioinsumos tramitando na Câmara e no Senado, projetos de lei nº 00658/2021 e 3.668/2021 respectivamente, com vistas a viabilizar que pequenos e médios agricultores tenham condições de produzir os seus bioinsumos em suas propriedades de forma que reforce sua autonomia.

f) Fomentar a pesquisa no tema da Agricultura Biológica, articulando instituições de pesquisas públicas e privadas.

g) Incentivo à produção de grãos não transgênicos e criar alternativas para a comercialização específica para este tipo de produção (não OGM e com manejo biológico e sustentável) – articulação com o mercado europeu.

h) Realizar um massivo programa de formação de agricultores em Agricultura Biológica e Regenerativa tendo como público especial a juventude rural e as mulheres.

i) Incentivo à pequenas empresas (redução de impostos) que desenvolvem tecnologias para a agricultura sustentável (biofábricas, meios de cultura, inóculos, implementos adaptados).

j) Estimular a produção e o uso do pó de rocha na agricultura, os chamados remineralizadores.

l) Criar alternativas, em parceria com as organizações sociais e empresas, para compostagem dos resíduos orgânicos urbanos para retornarem como fertilizantes na agricultura.

m) Preparar o sistema público/privado de pesquisa e assistência técnica (EMBRAPA e EMATER's) para conduzir tecnicamente o processo de transição de modelo produtivo.

Com essas políticas o Estado brasileiro, particularmente o Rio Grande do Sul, criarão as condições e os caminhos concretos para os/as agricultores/as realizarem a transição do modelo de uma agricultura baseada em insumos externos e na dependência com alto risco, para uma agricultura sustentável baseada em processos ecológicos, numa maior autonomia técnica e econômica com menor risco e, dessa forma, produzir alimentos mais saudáveis e nutritivos para alimentar o Brasil.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2023.

Deputado(a) Adão Preto Filho